

RESENHA

ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. **Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge**. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1996.

Clarice Rosa Machado¹

Linda Trinkaus Zagzebski é uma filósofa norte-americana que atua como professora na Universidade de Oklahoma. Ela realiza pesquisa nas áreas da epistemologia, ética da virtude e filosofia da religião. Nos últimos anos seu foco de investigação se centrou na intersecção entre ética e epistemologia, como consequência disso, ela passou a ser considerada uma das pioneiras da epistemologia da virtude.

A obra em que construiu seu pensamento acerca da epistemologia da virtude foi: *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge* (1996). Nesta obra, a autora argumenta em favor da necessidade de uma teoria da virtude que se aplique tanto à avaliação ética quanto à avaliação epistêmica, estabelecendo uma análise geral da virtude. Deste modo, surge então a epistemologia da virtude para caracterizar uma classe de teorias que concentram sua avaliação epistêmica em propriedades de pessoas ao invés de propriedades de crenças, abordando os problemas epistemológicos a partir do conceito de virtude intelectual.

A posição tomada pela filósofa para construir sua teoria se dá numa perspectiva responsabilista, pois, na opinião da autora, o agente epistêmico tem um grau de escolha importante na sua estruturação cognitiva, e ele é responsável por essas escolhas. Trata-se de um livro preliminar que tenta estabelecer uma teoria do conhecimento baseada na teoria da ética da virtude. Por conta da necessidade de ampliar o estudo, esta resenha pretende ser um recurso introdutório para todos aqueles que têm interesse no surgimento da epistemologia da virtude e em compreender alguns conceitos que atravessam essa área, por exemplo, internalismo e externalismo, virtude intelectual, teoria da virtude, virtude.

De acordo com o que Zagzebski apresenta na obra, quase todos os contemporâneos das teorias epistêmicas tomam como modelo uma teoria da moral baseada em ações, inclusive os que empregam o conceito de virtude intelectual. O problema é que recorrendo a discursos de outra área, por exemplo, a teoria moral, qualquer problema dessas teorias pode afetar negativamente as investigações epistemológicas, pois não é um discurso construído pela própria área de investigação para tratar do problema. Geralmente, é possível encontrar referências à responsabilidade epistêmica, isto é, ao fato de que as crenças devam ser formadas de uma forma e não de outra, ou de que uma forma de acreditar é boa ou melhor do que alguma outra e, recentemente, à ideia de virtude intelectual.

No entanto, esses conceitos são utilizados com pouca reflexão e raramente com a preocupação deles serem emprestados de discursos da teoria moral. Ao identificar esse problema, Zagzebski argumenta que até aquele momento não havia nenhuma teoria epistemológica baseada em uma teoria pura

¹ Licenciatura em Filosofia (2018) e Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens (2021) pela Universidade Franciscana com Bolsa PROSUC/CAPES. É especialista em Coordenação Pedagógica e em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela União Brasileira de Faculdades (2021). Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: clarice.r.machado@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9402-8909>

da virtude. Ela menciona Ernest Sosa, Lorraine Code e James Montmarquet como autores que propuseram investigações e teorias que aproximavam a epistemologia da ética da virtude.

Sosa introduziu a ideia de virtude intelectual na discussão epistemológica, mas ele apenas associou esse conceito à virtude ética, não apresentando nada novo, segundo a autora. Quanto a Code e Montmarquet, aproximam-se de ligar a epistemologia à virtude ética, mas não derivam o conceito de virtude epistêmica de uma ética da virtude nem distinguem explicitamente as diferenças entre virtude moral e virtude intelectual. Diante disso, Zagzebski desenvolve uma teoria pura da virtude que é suficientemente abrangente para lidar com o aspecto intelectual, bem como com as virtudes morais dentro de uma única teoria, fundamentada na ética da virtude. A marca de uma teoria da virtude é que o principal objeto de avaliação são antes pessoas ou traços internos de pessoas do que as ações. Descrever uma boa pessoa é descrever as suas virtudes. Uma abordagem da virtude inclui na avaliação da crença estar disposto a ter emoções, desejos, motivações e atitudes características, bem como, uma pessoa virtuosa não age de forma invariável à sua natureza. Considerando a teoria da virtude aristotélica, Zagzebski enfatiza que uma teoria ética baseada na virtude tem mais vantagens sobre uma teoria baseada em ações. Isso porque a utilização do modelo de teoria baseada em atos resultou em um impasse profundo entre internalistas e externalistas que repercute até os dias de hoje.

A autora define a virtude como uma excelência adquirida por uma pessoa que envolve sua motivação para produzir um fim desejado e um sucesso confiável em chegar a esse fim. Assim, ela acredita que a virtude é uma disposição associada com a capacidade do ser humano de alcançar uma boa vida e a felicidade. E defende que esse tipo de teoria baseada na virtude ajudaria a desenvolver os conceitos necessários para a análise do conhecimento e da crença justificada.

Outra vantagem para a abordagem da virtude seria a ligação entre estados epistêmicos e estados não-cognitivos do agente epistêmico, isto é, a conexão entre acreditar e sentir. Zagzebski, salienta que há inúmeras maneiras em que acreditar inclui ou é causado pelo sentimento, a emoção e o desejo, e isto oferece outra razão para usar a ética da virtude na análise do aspecto normativo dos estados de crença.

Um dos problemas da epistemologia contemporânea é a justificação de crenças. Há duas posições opostas nessa disputa. De um lado, os internalistas afirmam que o agente epistêmico deve ter acesso cognitivo à condição de justificação da crença. O ponto central da tese do internalismo epistêmico é que o que justifica uma crença deve ser cognitivamente acessível àquele que possui a crença. Ou seja, para os internalistas, a justificação da crença está pautada em aspectos internos da mente do agente epistêmico, por isso, têm consciência das razões que justificam a crença. Do outro, os externalistas negam essa necessidade do acesso, defendendo que as coisas do mundo externo determinam os significados e justificam nossas crenças. Assim, o externalismo baseia-se fortemente na apresentação de contra exemplos da tese internalista.

Zagzebski admite que é difícil julgar a disputa em torno do conceito de justificação se a crença for tratada como um objeto de avaliação de nível inferior. A partir desse reconhecimento, ela propõe que a concentração esteja no conceito mais profundo de uma virtude e tratar a justificação de uma crença como algo derivado da virtude. Ao realizar essa transição de foco, os problemas causados pela disputa entre internalistas e externalistas perde importância.

Para resolver esse impasse do conceito de justificação é que surge a teoria da virtude e o conceito de virtude intelectual. A ideia de virtude intelectual foi introduzida na literatura por Ernest Sosa, com o

artigo “The Raft and the Pyramid” (1980). Ele propôs aos epistemólogos focar na virtude intelectual, uma propriedade de uma pessoa, em vez de propriedades de crença, e argumentou que o conceito de virtude intelectual pode ser utilizado para contornar a disputa entre fundacionalistas e coerentistas sobre a estrutura cognitiva.

Para construir sua teoria da virtude, Zagzebski argumenta que as virtudes intelectuais são semelhantes às virtudes morais, e, portanto, não devem ser tratadas como dois tipos diferentes de virtudes. Para a filósofa, a distinção de Aristóteles entre virtudes morais e intelectuais, deve ser superada, estabelecendo uma noção de subconjunto entre elas. Zagzebski considera a distinção entre virtudes morais e intelectuais insuficiente, pelo fato de Aristóteles respaldar-se na experiência dos conflitos morais para propor tal distinção.

Ainda nesta perspectiva, embora tais virtudes não possam ser distintas em natureza, seguramente as virtudes intelectuais possuem objetos distintos que se referem ao contato cognitivo com a realidade. Tais objetivos distintos fazem com que o subconjunto das virtudes morais, que é chamado de virtudes intelectuais, possua como objeto um corpo de bens epistêmicos como “entendimento”, “conhecimento”, “sabedoria”, “verdade”, etc. De maneira simples, virtudes intelectuais não são distintas, em natureza, das virtudes morais, mas são distintas em relação aos objetivos que almejam. Assim, quando as virtudes morais se referem a objetos que compõem o campo cognitivo, podemos chamá-las de virtudes intelectuais.

Ao reivindicar essa semelhança, ela não pretende reduzir conceitos epistêmicos a conceitos morais, da forma como tem acontecido, mas ampliar o leque de conceitos morais de modo a incluir a dimensão normativa da atividade cognitiva da virtude intelectual. A virtude intelectual possui um componente motivacional e um componente de sucesso para alcançar o fim epistêmico. Essa concepção é uma estratégia utilizada por Zagzebski para mostrar que a característica internalista, de responsabilidade, e a característica externalista, do sucesso epistêmico, podem ser combinadas conceitualmente, de fato. Com essa hipótese, Zagzebski argumenta que a justificação não é o conceito mais importante na avaliação epistêmica, e chama atenção para a necessidade de que uma crença justificada precisa ser analisada como paralelo de um ato puro de virtude. Este é o panorama geral desenvolvido no livro que está dividido em três partes: *A metodologia da epistemologia; Uma teoria da virtude e do vício; A natureza do conhecimento.*

Na primeira parte, a autora busca apresentar a metodologia da epistemologia. Ela introduz o problema, enfatizando que a natureza do conhecimento é uma das preocupações centrais da epistemologia e da filosofia desde seu início. Ela mostra que a posse do conhecimento traz benefícios para a vida do ser humano. Entretanto, ao longo dos séculos, “o aspecto valorativo do conhecimento e dos estados relacionados de crença justificada, racional, levou a numerosos paralelos entre o discurso moral e o discurso epistêmico” (ZAGZEBSKI, 1996, p. 1).

Segundo Zagzebski, muitas das características empregadas pelos epistemólogos para estabelecer suas teorias, são tomadas como peculiares às declarações éticas, mas também são declarações epistêmicas. O ponto problemático para Zagzebski é que em alguns casos essas associações são feitas de forma consciente, mas em outros casos não. Quase todos os contemporâneos das teorias epistêmicas tomam como modelo uma teoria da moral baseada em ações, inclusive os que usam o conceito de virtude intelectual. Desse modo, essas discussões epistemológicas são encerradas com os discursos

emprestados de conceitos morais, sem maiores reflexões. Consequentemente, não dão conta da complexidade e dos avanços da ética, especialmente, porque empregam um conceito da ética, que é o caso da virtude.

A partir dessas ponderações, a autora examina alguns problemas da epistemologia contemporânea, mostrando algumas vantagens na utilização da teoria pura da virtude, distinguindo essa abordagem daquela que é tradicionalmente empregada na epistemologia contemporânea. Zagzebski apresenta algumas críticas realizadas à epistemologia contemporânea que também motivam uma abordagem a partir da noção de virtude.

A primeira crítica é uma queixa dos filósofos de que a epistemologia contemporânea não está suficientemente atenta aos aspectos sociais da atividade cognitiva. De forma imediata, a autora argumenta que pelo menos parte desse trabalho de tornar a propriedade normativa dos estados epistêmicos mais social já é realizada na utilização histórica do conceito de virtude, tendo em vista que um contexto social é intrínseco à natureza de uma virtude tal como é tradicionalmente entendida.

Outra crítica, estabelecida por Kvanvig, é chamada de ‘perspectiva cartesiana’. Essa crítica supõe que se uma crença não puder ser separada de outras crenças de uma mesma pessoa ou de crenças de outras pessoas, então é um erro ao tentar avaliar as crenças individualmente. Sobre essa crítica de Kvanvig, Zagzebski argumenta que uma abordagem da virtude não exige quaisquer pressupostos sobre os objetos do conhecimento e da crença, o que mostra, novamente, uma vantagem da utilização da teoria da virtude.

Com o intuito de fundamentar suas objeções e desenvolver sua teoria pura da virtude, Zagzebski defende que uma teoria “fraca” da virtude seria aquela que está mais preocupada com o agente do que com a própria virtude. Em uma teoria pura da virtude, uma ação é correta porque é o tipo de ação que uma pessoa virtuosa pode fazer, enquanto em uma teoria baseada no agente, o que é feito por uma pessoa virtuosa é apenas o melhor critério do correto. Importante lembrar que ela está considerando como uma teoria fraca as teorias morais utilizadas até o momento para resolver os problemas da epistemologia.

E este é um dos pontos de disputa entre Zagzebski e outros epistemólogos das virtudes. Para ela, a virtude não pode ser entendida como critério, porque se esse fosse o caso, não haveria distinção entre virtudes epistêmicas e teorias deontológicas, visto que as últimas se preocupam com a definição entre o certo e o errado e em criar critérios de avaliação. Desse modo, Zagzebski afirma que uma das vantagens de uma teoria pura das virtudes é que, enquanto as demais teorias se preocupam em evitar o erro, uma abordagem epistêmica baseada em uma teoria pura da virtude, preocupa-se não somente com o que é correto para um agente virtuoso realizar, mas também que essa virtude seja digna de reconhecimento e elogio. Diante de toda essa problemática conceitual, Zagzebski sugere que os epistemólogos utilizem os conceitos morais de forma mais consciente, caso contrário, quaisquer objeções à teoria moral subjacente podem arruinar o projeto epistemológico.

Na segunda parte, *Uma teoria da virtude e do vício*, Zagzebski começa a fundamentar a epistemologia no conceito de uma virtude. Para isso, ela distingue vários tipos de teoria da virtude pela forma como relacionam os conceitos morais fundamentais de uma virtude, o bem e de um ato correto. Nessa seção, ela argumenta que uma teoria pura da virtude faz o conceito de um ato correto derivar do

conceito de uma virtude. Para exemplificar essa proposta, ela evidencia seu interesse em duas formas de teoria pura da virtude: baseada na felicidade e baseada na motivação.

Numa forma comum de teoria baseada no bem, as virtudes são explicadas ou como constituintes da boa vida ou como meios para a boa vida, onde a boa vida é identificada com a felicidade ou o conceito aristotélico de *eudaimonia*. Na sequência, ela propõe uma teoria baseada na motivação. Nessa teoria, o conceito de uma motivação é tratado como eticamente fundamental, e o que difere da teoria baseada na felicidade, é que uma virtude será construída a partir do conceito de uma motivação boa. O conceito de um ato correto será definido em termos do conceito de uma virtude.

A diferença mais importante entre as teorias baseadas na felicidade e as teorias baseadas na motivação é a conceituação de uma virtude boa. As primeiras consideram uma virtude boa por causa da ligação ao que é fundamentalmente bom, ou seja, a felicidade ou *eudaimonia*. Na teoria baseada na motivação, que é a proposta de Zagzebski, as virtudes não são boas porque conduzem ou são componentes de outra coisa que é um bem primário, elas são fundamentais em si e por si mesmas. Assim, a bondade da coragem ou a bondade da justiça são tomadas como fundamentais e com funções próprias. De acordo com a filósofa, para avaliar o agente, a atenção pode se concentrar diretamente na motivação em si e ver que ela é boa, independentemente de qualquer julgamento avaliativo sobre os atos ou consequências a que a motivação dá origem.

Zagzebski desenvolve uma teoria da virtude e do vício para tratar da avaliação da atividade cognitiva. Ao mesmo tempo, ela tenta defender uma visão da psicologia humana que afirma que estados de sentimentos e estados de emoções não podem ser separados da atividade cognitiva. Nesta parte, a filósofa questiona a tentativa de Aristóteles em identificar prazer e dor às virtudes morais enquanto as intelectuais estariam livres das emoções. Na opinião de Zagzebski, este argumento é fraco, pois existem virtudes intelectuais que podem também vir acompanhadas de emoção, que podem levar o agente a não considerar opiniões divergentes da sua ou a chegar a uma determinada conclusão, sem realizar ponderações. Assim, ela mostra que estados de crenças estão conectados a estados de emoção. Desse modo, ela defende que as virtudes intelectuais são formas de virtude moral e que as muitas conexões lógicas e causais entre as virtudes morais e intelectuais “tornam importante que uma teoria da virtude tenha um âmbito suficientemente amplo para dar conta de toda a gama de virtudes intelectuais e morais numa única teoria” (ZAGZEBSKI, 1996, p. 77).

Nessa parte, a autora também defende sua tese de que as virtudes intelectuais são formas de virtude moral e propõe uma teoria baseada em agentes, a qual ela denomina de teoria baseada na motivação. Para isso, ela mostra como os componentes motivacionais das virtudes intelectuais específicas surgem da motivação para o conhecimento, e como cada virtude pode ser definida em termos de uma combinação de motivação e sucesso confiável para alcançar o objetivo dessa motivação. Nessa teoria, o conceito de motivação é tratado sob uma perspectiva fundamentalmente ética, na qual o conceito de uma virtude é construído a partir de uma motivação boa. Contudo, Zagzebski não conclui a estrutura de sua teoria, alegando que a sua incompletude se dá em razão de que os conceitos de felicidade e vida boa não foram tratados.

Para estabelecer a natureza de uma virtude, Zagzebski apresenta algumas distinções entre virtude e capacidade natural, virtude e competências, virtudes, sentimentos e motivações. Com base nessas

ponderações, ela define que a virtude é uma excelência humana, uma qualidade de uma pessoa que exige tempo, esforço e motivação do agente.

A terceira parte, *A natureza do conhecimento*, ela aplica sua teoria pura da virtude com relação à questão central da epistemologia: a análise do conhecimento. A natureza do conhecimento é indissociavelmente a preocupação central da epistemologia e um dos principais interesses da filosofia desde o seu início. O aspecto valorativo do conhecimento e dos estados relacionados de crença justificada, racional, ou justificada levou a numerosos paralelos entre o discurso moral e o discurso epistêmico. Por conta disso, a autora expõe que os epistemólogos referem-se rotineiramente ao dever epistêmico e à responsabilidade, a normas e valores epistêmicos, e à virtude intelectual, utilizando formas de argumentos paralelos na ética. Em alguns casos, isto é feito conscientemente, mas noutros casos parece passar despercebido, e a discussão epistemológica é levada a cabo sem atenção ao fato de que as discussões correspondentes na ética já se tornaram mais avançadas.

Zagzebski define o conhecimento como um estado de crença verdadeira que decorre de atos puros de virtude intelectual. De acordo com a filósofa, uma verdadeira crença é adquirida por meio de uma disposição correta do intelecto para desejar a verdade e de uma habilidade para chegar a essa verdade. Assim, as pessoas que são motivadas a conhecer a verdade também são capazes de desenvolver habilidades específicas para avaliar a confiabilidade dos seus processos pessoais e de formação de crenças.

Nesta parte final, ela se propõe a localizar um conceito de conhecimento fundamentado na ética, indicando que esse conceito de conhecimento é imune aos problemas de Gettier. E ainda finaliza a obra com algumas conjecturas acerca das relações entre ética, epistemologia normativa e psicologia. Nesta seção, Zagzebski expõe sua definição sobre o conceito de conhecimento, a qual enfatiza que o conhecimento é um estado que surge a partir de atos de uma virtude intelectual, pois envolve uma relação valiosa entre o conhecedor e a verdade.

Neste estudo, Zagzebski utiliza uma teoria ética em epistemologia, afirmando que essa abordagem teórica é mais frutífera para tratar alguns problemas da epistemologia contemporânea, contudo, ela ressalta que alguns deles possuem vestígios desde a Antiguidade. Diferente das teorias morais, a ética da virtude muda sua direção de avaliação ao deslocar o foco da natureza da ação e do bem moral para o caráter do agente. Isso equivale a dizer que a ética da virtude fala acerca do que é uma pessoa virtuosa e quais as qualidades que ela deve ter, como consequência disso, se fala que uma boa ação é aquilo que, normalmente, uma pessoa virtuosa faz. No que tange à epistemologia da virtude, ao invés de se ocupar com as questões de o que torna uma crença justificada e imune às ameaças cétricas, os epistemólogos se ocupam em entender as virtudes e os vícios intelectuais das pessoas, considerando o conhecimento como aquilo que, normalmente, uma pessoa virtuosa faz.

Os praticantes da epistemologia da virtude se inspiram em filósofos que são historicamente importantes, incluindo Platão, Aristóteles, Tomás de Aquino, Descartes, entre outros, e isso pode ser observado ao longo do livro, tendo em vista que a autora utiliza os argumentos desses filósofos para fundamentar seu estudo, expondo até que ponto ela concorda com a teoria deles, discorda e quais os avanços que a sua abordagem oferece para essa discussão.

Com base nessas ponderações, a filósofa mostra que uma verdadeira abordagem da ética das virtudes na epistemologia requer uma teoria da virtude que dê às virtudes intelectuais o seu lugar próprio.

Na interpretação de Zagzebski, as virtudes intelectuais correspondem a um subconjunto das virtudes morais, pois conforme seus argumentos, assim como as virtudes morais distinguem-se entre si, as intelectuais apresentam suas peculiaridades, mas não de uma maneira que torne necessária uma classificação ou teoria particular.

É interessante que a autora apresenta ao longo do livro objeções, contra exemplos às suas teses, com vistas a verificar os pontos fortes e fracos delas, o que demonstra maturidade intelectual no reconhecimento das próprias falhas ou insuficiências nas próprias teorias. A obra de Zagzebski mostra que há muita pesquisa para realizar em relação às virtudes, especialmente, sobre as virtudes intelectuais, pois o próprio conceito é pouco desenvolvido, bem como a sua associação com outras esferas da vida humana.

A obra é bastante complexa, sobretudo porque trata de conexões pouco exploradas entre áreas diferentes da filosofia, as quais precisam ser bem amarradas para fundamentar sua teoria. Por isso, precisa de uma leitura atenta, cuidadosa e que o leitor esteja aberto a realizar algumas desconstruções acerca das soluções que são oferecidas aos problemas da epistemologia contemporânea até o momento. Indico a leitura do livro para todos que tem interesse na filosofia contemporânea e nutrem algum tipo de interesse por virtudes intelectuais. Há muito trabalho a ser feito na área da epistemologia da virtude e essa leitura ajuda a pensar alguns caminhos possíveis de investigação.

REFERÊNCIAS

- SOSA, Ernest. The Raft and the Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge. **Midwest Studies in Philosophy**, Minnesota - EUA, v. 5, p. 3-25, 1980.
- ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. **Virtues of the Mind**: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge. Cambridge, England: Cambridge University Press: 1996.